

## 1. INTRODUÇÃO



taxa de participação dos indivíduos no mercado de trabalho brasileiro vem sofrendo mudanças, decorrentes tanto de movimentos puramente demográficos (expansão da População em Idade Ativa - PIA), como de alterações no processo de ingresso no mercado, que resultaram no crescimento da oferta de trabalho. Por este motivo, as atuais preocupações em relação ao funcionamento do mercado de trabalho brasileiro têm se concentrado na questão das taxas de desemprego e na capacidade deste mercado em gerar empregos.

O debate se baseia nos dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE), que cobre as seis principais regiões metropolitanas do Brasil - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. A razão de ser da utilização da PME reside na sua frequência e contemporaneidade, o que confere muito mais agilidade e atualidade à análise. Não obstante estas vantagens, as conclusões advindas deste debate podem não ser representativas da situação nacional, uma vez que as regiões pesquisadas respondem por pouco mais de metade do pessoal ocupado do país.

Este argumento revela-se particularmente importante para o caso da indústria, que vem experimentando um processo de enxugamento e descentralização, de modo que, naquelas regiões, observa-se uma tendência de redução no nível do emprego industrial. Isto, no entanto, não reflete corretamente o que acontece no mercado em nível nacional. A migração de indústrias, em conjunto com a instalação de novas fábricas fora do eixo destas seis regiões, faz com que a PME capte a destruição de postos de trabalho, mas não a geração de outros. Nos demais setores o mesmo fenômeno de realocação espacial pode se verificar, embora a sua direção não esteja clara a priori.

Diante disso, o objetivo desta nota é averiguar a extensão da geração de empregos e realocação dos mesmos, com base nas PNADs (Pesquisa Nacional por Amostras de

Domicílios) de 1992 e 1996.<sup>1</sup> Assim avalia-se, num primeiro momento, a variação no nível total de pessoas ocupadas e no nível de trabalhadores da indústria. Num segundo momento, analisa-se o processo de realocação espacial do mercado de trabalho brasileiro. Finalmente, conduziu-se com um resumo e alguns comentários.

## 2. VARIACÃO NO NÍVEL DE PESSOAS OCUPADAS

### 2.1. OCUPAÇÃO TOTAL

A Tabela 1<sup>2</sup> mostra, para 1992 e 1996, os dados da PNAD para o nível de ocupação. A principal conclusão que se pode tirar da leitura desta tabela é que o crescimento no nível de ocupação não foi homogêneo. Se a população ocupada total teve um crescimento de 4,9%, passando de 61,4 milhões em 1992 para 64,4 milhões em 1996<sup>3</sup>, o mesmo não se pode dizer para a população de cada região ou área metropolitana considerada em separado.

Ao se analisar o aumento da ocupação nas regiões metropolitanas, descobre-se que este se revelou superior, em termos relativos, ao das demais áreas. De fato, enquanto as seis principais regiões metropolitanas experimentaram um aumento de aproximadamente 7,9% (o equivalente a cerca de 1,23 milhão de ocupados), o resto do país apresentou um crescimento de apenas 3,8% (equivalente a 1,75 milhão de ocupados). Os dados da PNAD, que incluem, além das seis principais, as regiões metropolitanas de Curitiba, Fortaleza e Belém e o Distrito Federal, reafirmam tal constatação: para uma elevação de 7,8% na ocupação

\*

DIPES/IPEA.

\*\*

Mestrando da PUC-RJ e bolsista na DIPES/IPEA.

1

Estes dois anos foram escolhidos por ser 1996 o mais recente para o qual os dados estão disponíveis e por ser 1992 o mais antigo que possui uma mesma metodologia de coleta das informações relevantes.

2

A Tabela 1 e os demais gráficos estão apresentados no final do trabalho.

3

Cumprir notar que estes números não coincidem com aqueles publicados nas tabulações especiais das PNADs, isto em função de não estarem sendo consideradas no presente exercício as pessoas ocupadas em produção para autoconsumo ou construção para fins próprios.

destas regiões houve um aumento de 3,6% no resto do país.

Dentre as unidades da federação, o estado de São Paulo foi aquele que apresentou, por larga margem, os incrementos mais expressivos no emprego, tanto na região metropolitana (crescimento de 7,7%, o que representa mais 0,51 milhão de ocupados) quanto no interior (7,5% ou mais 0,54 milhão de ocupados). No conjunto dos demais estados, a expansão média da ocupação foi de 4,1% no período.

Uma comparação entre as diferentes regiões geográficas também confirma a heterogeneidade da expansão do nível de ocupação. O Sudeste, que congrega o maior contingente de ocupados, cresceu 6,9% (1,85 milhão de postos de trabalho a mais, ou seja, 2/3 do total brasileiro), valor superior à média do país, enquanto o Nordeste situou-se abaixo desta média, aumentando em apenas 2,2% o número de trabalhadores ocupados (0,38 milhão). Na Região Sul, o crescimento ficou em 2,6% (0,27 milhão de empregos criados) e no Centro-Oeste a expansão foi de 4,4% (0,19 milhão de ocupações a mais), valor próximo à média nacional. Na região Norte, a de menor população ocupada, a elevação acabou por se revelar a maior dentre todas as regiões, chegando a 10,9% (0,29 milhão).

## 2.2. OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA

Quando se focaliza o setor industrial, que apresenta uma intensa tendência à descentralização, este panorama torna-se radicalmente distinto. De fato, o crescimento nacional entre 1992 e 1996 se limitou a 0,5%, com o emprego industrial passando de 8,08 milhões para 8,13 milhões de trabalhadores. A criação de empregos na indústria respondeu, assim, por apenas 1,5% do total de novos ocupados, com a participação deste setor na ocupação total retraindo-se de 13,2% para 12,6%. Este resultado é, de alguma forma, esperado, haja visto o processo de reestruturação e enxugamento da estrutura produtiva deste setor para a obtenção de ganhos de produtividade e, assim, lograr maior competitividade internacional no contexto de uma economia em franco processo de abertura.

Utilizando as mesmas desagregações anteriores, observa-se que, por um lado, a região metropolitana de São Paulo, sozinha, testemunhou uma perda líquida de 98,6 mil postos de trabalho, enquanto para o con-

junto das seis regiões cobertas pela PME esta cifra chegou a 163,1 mil. Para as 10 regiões metropolitanas da PNAD a perda foi ligeiramente menor (159,4 mil), o que é explicado basicamente pela pequena expansão verificada em Curitiba.

No que tange ao corte por região geográfica, observam-se reduções acentuadas no Sudeste (19,5 mil) e, principalmente, no Nordeste (39 mil, o equivalente a um decréscimo de 3%). Nas demais houve expansão, cabendo ressaltar o caso do Centro-Oeste, onde esta expansão chegou a 45,4 mil postos de trabalho (um crescimento superior a 15%).

Em termos de unidades da Federação, como mostra o Gráfico 2, as maiores expansões foram nos estados do Paraná (49,4 mil), Mato Grosso (32,0 mil) e Minas Gerais (25,7 mil). Vale frisar, contudo, que apesar da variação ter sido negativa no Estado de São Paulo, isto deveu-se totalmente ao resultado na área metropolitana, haja visto que no restante do estado o número de postos de trabalho na indústria aumentou em 79,5 mil. Fica caracterizado, desta forma, um processo de descentralização do emprego industrial da metrópole paulistana para o interior do próprio estado e para outros estados próximos. O principal destaque fica por conta do Estado do Rio de Janeiro, que experimentou a destruição de mais de 45 mil postos de trabalho neste segmento do mercado de trabalho.

## 3. A REALOCAÇÃO ESPACIAL NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Dos resultados apresentados na seção anterior, fica patente a existência de um processo de realocação espacial da força de trabalho ocupada durante o período de quatro anos analisado. Como revela a Tabela 1, as regiões cobertas pela PME experimentaram uma elevação de 0,7 ponto percentual na sua participação, com quase a metade deste aumento tendo ocorrido em São Paulo. Portanto, pode-se dizer que, no que diz respeito à ocupação total, a maior parte do seu crescimento verifica-se nas principais regiões metropolitanas, que passam a responder por uma fração maior do total de ocupados. Já no que tange à ocupação na indústria, mesmo com um crescimento bastante baixo, observou-se uma descentralização mais expressiva do pessoal ocupado neste segmento, de tal forma que estas mesmas regiões, e em particular a de

São Paulo, tiveram suas participações reduzidas (-2,1 pontos percentuais para o conjunto delas, e -1,3 no caso de São Paulo). Em boa medida, a perda de importância da metrópole paulistana deveu-se à transferência do parque industrial para o interior do próprio estado, cuja participação no total foi incrementada em 0,9 ponto percentual.

Ainda com respeito à ocupação na indústria, a análise das regiões geográficas mostra que o Sul, o Norte e o Centro-Oeste aumentaram sua participação (0,2, 0,4 e 0,5 ponto percentual, respectivamente), enquanto o Sudeste (-0,5) e o Nordeste (-0,6) perderam representatividade no contexto nacional. Percebe-se também pelo Gráfico 4 que, em termos de unidades da Federação, as que apresentaram maior evolução foram os Estados do Paraná (0,5 ponto percentual), Mato Grosso (0,4) e Espírito Santo (0,3), enquanto os Estados que sofreram maiores contrações, ainda superiores às verificadas em São Paulo como um todo, foram o Rio de Janeiro (-0,6) e o Rio Grande do Sul (-0,5).

A intensidade do fenômeno de realocação espacial pode ser quantificada por meio do assim chamado "índice de turbulência". Conforme frisado em Barros et al.<sup>4</sup>, esse índice é bastante útil para avaliar como a estrutura do emprego variou entre dois instantes de tempo. Considerando-se uma participação da população de interesse (no caso a PEA ocupada ou o conjunto de ocupados na indústria) em G grupos, ele pode ser definido da seguinte maneira:<sup>5</sup>

$$T = \frac{1}{2} \sum_{g=1}^G |\alpha_{g,96} - \alpha_{g,92}|$$

onde:

$\alpha_{g,t}$ : fração do total da população pertinente no grupo g no instante t.

Das informações da Tabela 1, percebe-se que o índice de turbulência, quando se considera o corte "regiões metropolitanas da PME X demais áreas", é igual a 0,007 para a ocupação total e 0,022 para a ocupação na indústria, o que equivale dizer que, para reconstituir a estrutura da ocupação de 1992 seria necessário remanejar 0,7% da PEA total ocupada e 2,2% da PEA ocupada na indústria. Já para o caso em que os grupos são constituídos pelas regiões geográficas, o índice de turbulência é igual a

0,011, tanto para a ocupação total, quanto para a indústria. E para o corte segundo unidades federativas e regiões metropolitanas verifica-se, a partir dos Gráficos 3 e 4, que o índice de turbulência é de 0,017 para a ocupação total e 0,038 e para a ocupação na indústria.

A comparação dos resultados para estes cortes revela que o movimento de realocação espacial dos ocupados como um todo, e dos ocupados na indústria em particular, também é observado com um nível mais fino de desagregação. Vale ressaltar no entanto que em ambos os casos, embora com maior intensidade no caso da indústria, grande parte deste processo de realocação se dá entre as principais regiões metropolitanas e o resto do país.

#### 4. RESUMO E COMENTÁRIOS

Os resultados deste exercício confirmam as expectativas em relação à descentralização da produção industrial brasileira, apontando uma redução da importância da região metropolitana de São Paulo neste setor. Aparentemente, os principais pólos industriais emergentes se localizam no interior do Estado de São Paulo e nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo.

Se tal achado não constitui propriamente uma novidade, o mesmo não se pode dizer do resultado que indica um aumento da concentração do emprego nas regiões metropolitanas, em particular as cobertas pela PME, conforme medido pelo total de ocupados. É bem verdade que um entendimento melhor deste fenômeno só seria possível caso houvesse mais informação a respeito de suas possíveis causas - movimentos demográficos, mudanças de comportamento em relação ao ingresso na força de trabalho, alteração nas condições do mercado de trabalho, por exemplo -, o que foge ao escopo desta nota. De qualquer modo, as implicações, em termos de interpretação e qualificação das taxas de desemprego estimadas pela PME, são mais ou menos claras. Primeiro, sob o prisma quantitativo não é verdade que esta pesquisa venha perdendo repre-

<sup>4</sup> Barros, R., Cruz, L., Foguel, M. e Mendonça, R. "Uma Avaliação Empírica do Grau de Flexibilidade Alocativa do Mercado de Trabalho Brasileiro". Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise, n. 4, abril/1997. IPEA/MTb.

<sup>5</sup> Este índice pode ser interpretado como sendo a fração (mínima) da população de interesse que teria de ser realocada para que a estrutura inicial fosse restabelecida (ou vice-versa).

TABELA 1

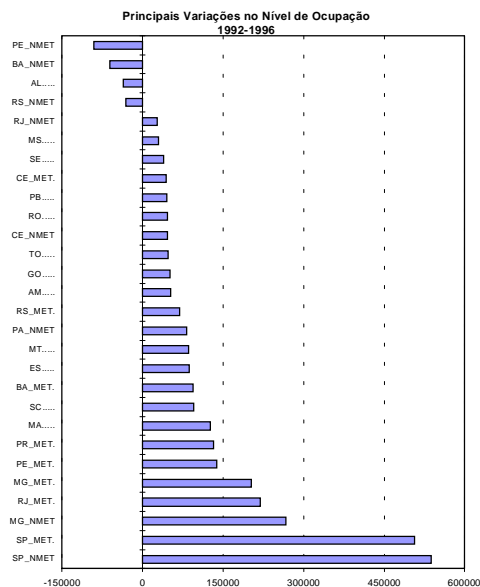
**Ocupação: Variação no Nível e na Participação entre 1992 e 1996**

TOTAL	1992	1996	DIF. ABSOLUTA	CRESC. (%)	CRESC. NA PART.(%)
Brasil	61435424	64415466	2980342	4.85	-
Regiões Metropolitanas PME*	15454490	16682486	1227996	7.95	0,7
Demais áreas	45980934	47733280	1752346	3.81	-0,7
Regiões Metropolitanas PNAD	18342241	19778016	1435775	7.83	0,8
Demais áreas	43093183	44637750	1544567	3.58	-0,8
São Paulo Metropolitan	6562088	7068650	506562	7.72	0,3
São Paulo Não Metropolitan	7150726	7688039	537313	7.51	0,3
Demais Estados	47722610	49659077	1936467	4.06	-0,6
Sul	10593603	10867979	274376	2.59	-0,4
Sudeste	26835730	28680872	1845142	6.88	0,8
Nordeste	17062055	17441660	379605	2.22	-0,7
Centro-Oeste	4257927	4445219	187292	4.40	0,0
Norte	2686109	2980036	293927	10.94	0,3

INDÚSTRIA	1992	1996	DIF. ABSOLUTA	CRESC. (%)	CRESC. NA PART.(%)
Brasil	8082902	8126393	43491	0.54	-
Regiões Metropolitanas PME*	2970437	2807291	-163146	-5.49	-2,2
Demais áreas	5112465	5319102	206637	4.04	2,2
Regiões Metropolitanas PNAD	3336972	3177574	-159398	-4.78	-2,2
Demais áreas	4745930	4948819	202889	4.28	2,2
São Paulo Metropolitan	1668210	1569625	-98585	-5.91	-1,3
São Paulo Não Metropolitan	1295050	1374541	79491	6.14	0,9
Demais Estados	5119642	5182227	62585	1.22	0,4
Sul	1677141	1704044	26903	1.60	0,2
Sudeste	4540072	4520614	-19458	-0.43	-0,5
Nordeste	1306196	1267220	-38976	-2.98	-0,6
Centro-Oeste	300636	346023	45387	15.10	0,5
Norte	258857	288492	29635	11.45	0,4

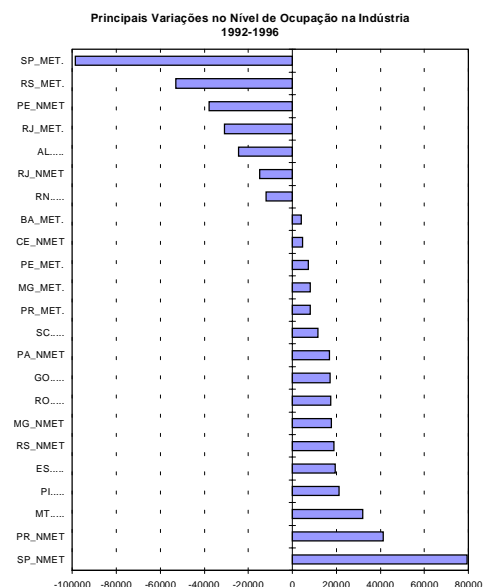
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs 1992, 1996. \* Seis são as regiões metropolitanas cobertas pela PME: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador.

GRÁFICO 1



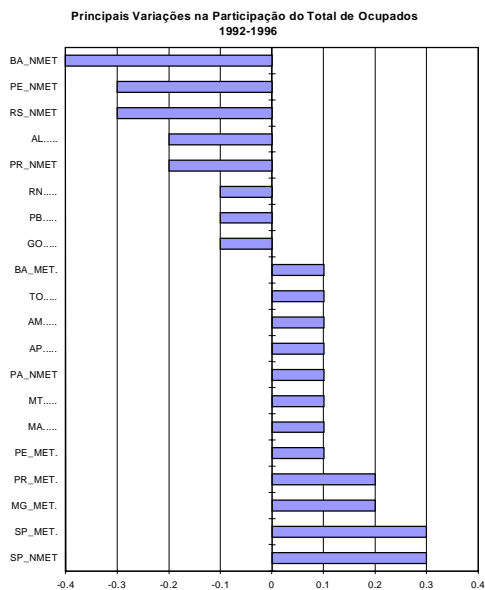
Obs: As unidades da Federação são designadas por suas respectivas siglas. No caso daquelas que possuem regiões metropolitanas, há uma extensão indicando se a estatística diz respeito à região metropolitana (MET) ou às áreas não metropolitanas (NMET).

GRÁFICO 2



Obs: As unidades da Federação são designadas por suas respectivas siglas. No caso daquelas que possuem regiões metropolitanas, há uma extensão indicando se a estatística diz respeito à região metropolitana (MET) ou às áreas não metropolitanas (NMET).

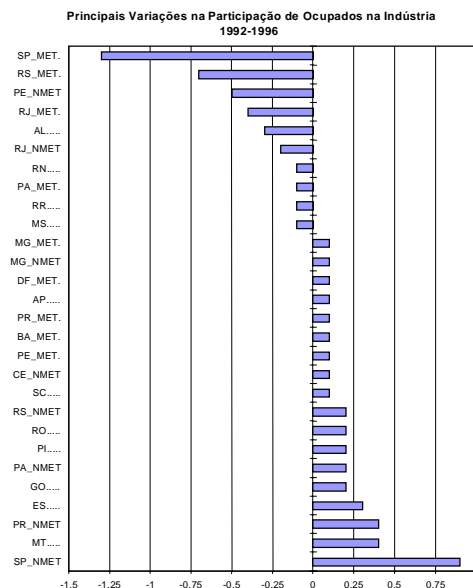
GRÁFICO 3



Obs: As unidades da Federação são designadas por suas respectivas siglas. No caso daquelas que possuem regiões metropolitanas, há uma extensão indicando se a estatística diz respeito à região metropolitana (MET) ou às áreas não metropolitanas (NMET).

sentatividade (embora reconhecidamente limitada). Segundo, sob o aspecto qualitativo, parece-lícito concluir que, dado o setor industrial ser tradicionalmente encarado

GRÁFICO 4



Obs: As unidades da Federação são designadas por suas respectivas siglas. No caso daquelas que possuem regiões metropolitanas, há uma extensão indicando se a estatística diz respeito à região metropolitana (MET) ou às áreas não metropolitanas (NMET).

como gerador de bons empregos, a sua perda de importância nestas regiões tende a enviesar o diagnóstico sobre a evolução da qualidade do emprego no Brasil.